

Os Kaiowá e Guarani em tempos da Cia Matte Larangeira: negociações e conflitos.

Antônio Brand(UCDB)ⁱ Eva M^a L. Ferreira(UCDB)ⁱⁱ

Fernando Augusto Azambuza de Almeida(UCDB)ⁱⁱⁱ

Com o término da Guerra do Paraguai, uma comissão de limites percorre a região ocupada pelos Kaiowá e Guarani, entre o rio Apa, atual Mato Grosso do Sul e o Salto de Sete Quedas, em Guaíra, Paraná, terminando, em 1874, os trabalhos de demarcação das fronteiras entre Brasil e Paraguai. Seu provisionador, Thomas Larangeira, percebe a grande quantidade de ervais nativos existentes na região e, também, a abundante mão-de-obra pós-guerra disponível.

Através do Decreto Imperial, de nº 8799, de 9 de dezembro de 1882, Larangeira obteve do Império o arrendamento das terras para a exploração da erva mate nativa, porém, sem o direito de impedir a colheita da mesma erva por parte dos moradores locais^{iv}. No ano de 1892, funda a Cia Matte Larangeira, resultante da composição com os Murtinho. Thomaz Larangeira perde o controle sobre a empresa e, em 1902, a Companhia Larangeira Mendes & Cia, com sede em Buenos Aires, adquire todos os bens da empresa.

A área de concessão é, sucessivamente, ampliada, sempre com o apoio de políticos influentes, como os Murtinho e Antônio Maria Coelho^v. Com o advento da República, as terras devolutas passam para a responsabilidade das Constituições dos Estados, o que favorece os interesses da Empresa. Desta forma, através do Decreto nº 520, de 23/06/1890, a Companhia amplia os limites de suas posses e consegue o monopólio na exploração da erva-mate em toda a região abrangida pelo arrendamento. Finalmente, através da Resolução nº 103, de 15/07/1895, ela obtém a maior área arrendada, tendo ultrapassado os 5.000.000 ha, “tornando-se um dos maiores arrendamentos de terras devolutas do regime republicano em todo o Brasil para um grupo particular” (ARRUDA, 1986:218)^{vi}. Segundo essa Resolução, os limites das posses da Companhia estendem-se “... desde as cabeceiras do ribeirão das Onças, na Serra de Amambay, pelo ribeirão

S. João e rio Dourados, Brilhante e Sta Maria até a Serra de Amambay e pela crista desta serra até as referidas cabeceiras do ribeirão das Onças” (idem: 218).

As concessões feitas à Companhia Matte Larangeira atingem em cheio o território dos Kaiowá e Guarani. Embora a mão-de-obra amplamente predominante nos ervais tenha sido a paraguaia, ocorreu, em várias regiões, o significativo engajamento de índios Kaiowá e Guarani na exploração da erva mate, em especial nos trabalhos relacionados à colheita e ao preparo da erva-mate, como têm sido abundantemente comentado pelos diversos informantes indígenas. Nicásio Vasques, índio kaiowá, de Laguna Caarapã, relata bem como se dava o trabalho nos ervais.

É com a família (...) era até 3 horas, 4 horas (da manhã) ia no mato, tirava, cortava com facão, né e aí juntava a erva, né, sapecava (...). É o índio naquele tempo sofria, levantava cedo, comia só cangica, mal e mal e já vai embora (...). A mulher do roçador levava almoço pra ele no mato, né, ia no mato cortar, sapecar erva, né.(...), noite, 7,8 horas chegava no rancho e dormia. 4, 3 horas já levantava outra vez.

O engajamento indígena foi mais intenso em regiões densamente povoadas por aldeias kaiowá e guarani, tais como Caarapó, Juti, Campanário, Sassoró (Porto Sassoró), Porto Lindo/rio Iguatemi, entre outras. Inclusive a localização de várias reservas indígenas demarcadas, pelo Serviço de Proteção aos Índios, SPI, até 1928, se deve ao fato de serem tais lugares acampamentos, ou locais de colheita de erva mate. É isso que emerge claramente no relatório de Barboza (1927)^{vii}. Jorge Paulo^{viii} indica como “acampamentos” da empresa a própria Reserva Indígena de Caarapó (criada em 1924), Rancho Guajayvy, hoje Nova América, Lagoa de Ouro, Tacuru, Sassoró (demarcada em 1928) e Campanário, onde ficava a sede da empresa. “Tudo é que manda Campanário, tudo aqui tá fazendo habilitação, tá fazendo erva para entregar aqui no Campanário. Até Campanário a erva ia de carreta ou então por água”.

No entanto, há aldeias não atingidas pela atuação da Companhia. E, segundo João Aquino, da Reserva de Amambai, nessas aldeias seguia a vida tradicional dos Kaiowá e Guarani. Jorge Paulo reconhece que, embora não tivesse outro serviço onde a mão-de-obra indígena pudesse se engajar, “tem índio que não toma tereré, que não trabalha, não sabe nem trabalhar”.

O mesmo informante segue explicando que de “Campanário foi Felicidade (Porto)” e de lá seguia (a erva mate) de lancha até Guaira. Na mesma linha vai o depoimento de Ubaldo

Castelan, da Reserva de Sessoro^{ix}, referindo-se a esta região, antes de 1928: “aqui tudo é só empresa mesmo, trabalha ervateiro”. Serejo^x é um dos poucos autores que escreveram sobre esse período a reconhecer a participação indígena como mão-de-obra. Referindo-se aos “índios Teís e Caiuás”, diz que “foi com estes índios errantes e paraguaios idosos, escolha que se fazia por serem os mais agüentadores” que Larangeira levantou seus primeiros ranchos e deu início à elaboração da erva. E segue o mesmo autor, dizendo que na “mudança de ranchada” tudo era feito “com a maior facilidade”, devido à resistência dos Teís que, “às costas carregavam léguas e léguas, os pertences do trabalho...”. Na mesma linha vai o depoimento do senhor lapequino, que veio para Dourados integrar a equipe da Missão Caiuá^{xi}, em 1948, descrevendo com detalhe o tipo de serviço reservado aos trabalhadores indígenas:

Carregava até 150, 200 quilos. Porque eles entrava no mato, eles tinha que fazer picada. Não entrava nada. Eles tinha que trazer um raído de erva mate (...) que tivesse dentro do mato eles carregava, eles colocavam aquele fardão, de 500 em 500 metros tinha um pau fincado no chão onde descansava (...). Por isso que a gente tem que tirar o chapéu pelos Kaiowá por que eles cooperaram....

João Aquino afirma que “naquela época (1920-1925), só a Companhia que tomava conta”. E explica que os índios trabalhavam junto com trabalhadores paraguaios, que também “gosta de trabalhar de erva”. Ubaldo Castelan, cujo pai também era trabalhador na Cia Matte Larangeira, ao confirmar que muitos índios trabalhavam na erva, reconhece que “trabalhou, apanhou, mas nesse tempo quase não tem lei, eu lembro, nesse tempo quase não tem lei”.

O trabalho na coleta da erva emerge, claramente, como a única alternativa de trabalho “assalariado”, sendo que as aldeias localizadas em regiões com ervais nativos engajaram-se amplamente nessa tarefa, atraídos pelos bens que a Cia Matte Larangeira oferecia, em especial roupas e ferramentas.

No Relatório do funcionário do SPI^{xii}, Pimentel Barboza, consta a informação de que a “proporção de índios Caiuás empregados na elaboração da herva, sobre o operário (não-indígena), é, em média, de 75%, na região de Iguatemi” (p. CXXXIV). Informa, ainda, que nos demais estabelecimentos ervateiros visitados, “a quantidade de índios que nelles trabalham é

sempre superior ao trabalhador paraguayo” (idem). No mesmo Relatório, Barboza cita o estabelecimento ervateiro de Mangahy, onde a “população indígena seria superior a 200 índios” (p. CXXXIV). As informações deste servidor são importantes porque conhece bem a região, pois já encontramos relatórios seus sobre a situação desses índios, datados de 1923.

João Aquino destaca o papel fundamental que os trabalhadores de origem paraguaia tinham na relação da Cia Matte Larangeira com os Kaiowá e Guarani, pelo fato de entenderem e falarem a mesma língua. Explica ele que os caciques, líderes dos diversos agrupamentos kaiowá e guarani, que tinham ervais nativos em seus territórios, não aceitavam, pacificamente, a entrada da Companhia. Era necessário um amplo e por vezes demorado trabalho de convencimento para que esses aceitassem o corte da erva-mate nos arredores de suas aldeias. Relata, ele “que cacique não deixava pessoal entrar ali, na erva. Não deixa cortar. Cuidava, antigamente (...). Então precisa procurar jeito como é que vai entrar. (...). Então tem paraguaio, só paraguaio que entrava na aldeia porque paraguaio entende a língua do Kaiowá”.

O método de convencimento incluía a doação de peças de pano grosso como presente. “Às vezes o índio brigava para não entregar o erval dele (...). Paraguaio bem sabido mesmo, entrava com jeito (...) porque fala a língua” . Aquino reproduz o seguinte diálogo: “é, é Deus que deu pra mim aqui esse pedaço”, afirmava a liderança indígena, ao que o paraguaio respondia: “pois é, é Deus mesmo que mandou procurar você, pra mim falar. Ai o índio já acreditava (...)”. João Aquino destaca que às vezes, na primeira visita, não obtinha êxito. Então outras eram feitas, levando mais roupas, machetes e machados até conseguir [autorização para extrair a erva] e, conclui ele, afirmando que “sempre conseguia”. Os depoimentos indígenas permitem compreender os interesses dos Kaiowá e Guarani em sua relação com a Companhia. Era a forma de satisfazerem algumas demandas importantes para a sua vida.

Porém, quando os métodos de negociação não davam certo, outros recursos eram usados pelos prepostos da Companhia: “dava susto pro índio, mas não matava”, mediante ameaças “de que vai trazer avião, não sei o que, vai dar veneno e o veneno que vai matar tudo os índios. Então

o índio tem medo”. E conclui seu depoimento dizendo que “assim que arrumava tudo aqui no Mato Grosso. Só paraguaio e índio que trabalha com a Companhia”.

Referindo-se à relação entre os Kaiowá e Guarani e a Companhia Matte Larangeira, SEREJO^{xiii}, embora faça referência a um bom relacionamento entre Thomas Larangeira e os índios, reconhece que esse “teve que se empenhar em duras refregas contra os índios habitantes da região”, reconhecendo que “estes silvícolas - verdadeiros donos da terra (...), achavam-se no direito de defender as matas, os campos, as aguadas e os ervais nativos”.

Havia distintas formas de pagamento do trabalhador índio. Alguns falam de pagamento em dinheiro (em mil réis, ou em pesos paraguaios). João Aquino afirma que o pagamento era feito em mercadorias (roupas, cobertores, machetes e comida). Ao que parece, existiam diversas formas de pagamento, sendo a mais comum apenas o fornecimento de produtos como pagamento, sendo poucos os casos em que o trabalhador obtinha saldo em dinheiro. Segundo Serejo^{xiv} “caso raríssimo mesmo - nos ervais, um peão com Haber na caderneta”. Arruda (1989:151 e ss) situa a estratégia do “adiantamento” nos armazéns da Companhia como forma de “selar o compromisso”, sendo um “forte mecanismo de forçar a manutenção dos trabalhadores nos ervais”. Conclui que a estratégia do adiantamento como forma de “prender o trabalhador aos ervais através da dívida foi usado por mais de meio século” (idem: 153).

No Relatório de Barboza (1927), encontramos informações idênticas às fornecidas pelos informantes indígenas. Este servidor do SPI, referindo-se às “tribus” indígenas, fala na necessidade de “libertal-as do domínio dos hervateiros paraguayos, fazendo cessar o regime de escravização (sic) em que vivem” (p. CXXIV). Nas páginas seguintes descreve como se dá esta escravização. O índio, antes de iniciar o serviço, podia adquirir mercadorias no armazém da firma. “O índio nesse armazém assume um compromisso do qual jamais se libertará a não ser pela fuga” (idem: CXXX e CXXXII). Portanto, além de confirmar que o pagamento era feito em mercadorias, atesta que a fuga era a forma do trabalhador da Cia Matte Larangeira se livrar da escravidão do barracão.

João Aquino e Jorge Paulo confirmam a fuga de trabalhadores da Companhia antes de pagarem suas contas nos armazéns da Empresa. “(...) quando fugia algum índio do serviço dele, da Companhia, aí mandava. Tem, também, como é pistoleiro e mandava o pistoleiro atrás. Se acha, mata e deixa lá”.

Veron^{xv}, ao relatar a história de sua família, confirma os depoimentos acima, relativos à perseguição a que eram submetidos:

O meu avô trabalhou para a Cia Matte Larangeira muito tempo, sem receber o pagamento pelo serviço. Então, um dia ele decidiu voltar para o grupo de sua família, ele e a minha bisavó, e os filhos Antônio e Gregório Veron. Na hora do acerto, o administrador disse a ele que não tinha nada em haver, acertar a conta, pelo contrário que se ele e a turma dele saísse do trabalho seria um homem morto. Assim, meu bisavô decidiu ir embora. Sabendo disso o administrador mandou quatro capangas atrás deles, quando já estava amanhecendo eles saíram num cerrado e quando estava no meio do cerrado meu bisavô avistou os capangas. Percebendo que estavam sendo seguidos, escondeu os filhos Antonio e Gregório na mata e ele e minha bisavó continuaram a andar, mais alguns passos então os capangas atiram nos meus bisavó que morreram na hora.

ARRUDA^{xvi} (1989:169) recorre a vários depoimentos para confirmar que, “o desespero do trabalhador diante da impossibilidade de pagar a dívida” levava muitos trabalhadores a buscarem a fuga. Cita ele o depoimento de Medina (Memórias de sua administração interina frente ao Rancho “San Franscisco”), registrando “o grave mal que vinha apresentando-se dentro da Empresa (Secção Matto Grosso), qual é a numerosa e freqüente evasão de pessoas...”. E, segundo João Aquino, muito índio fugia e por isso “matava muito índio e paraguaio e até brasileiro morria”. Arruda reconhece, sempre apoiado em diversos depoimentos, que essas fugas estavam fadadas ao fracasso.

GOMES^{xvii} (1984:406), também, dá ênfase ao papel dos “comitiveiros” como verdadeiras “feras dos ervais, homens selecionados pela Empresa para trazer de volta os fujões”. Ou “como cães de caça, mas adestrados para caçar homens” (idem). Alcançando o fugitivo, se resistisse era morto logo e se não era trazido de volta e “espancado até a morte” (idem, 407). E conclui que os mesmos, eram a força policial da Companhia, sendo o terror dos ervais.

Convém destacar o descompasso entre os depoimentos dos informantes indígenas sobre seu engajamento nos trabalhos de colheita da erva-mate e a produção bibliográfica sobre o tema, que ignora essa participação. Talvez essa falta de referência à presença indígena possa ser explicada pelo seu provável “ocultamento” no meio dos paraguaios, falando, inclusive a mesma língua. O próprio funcionário do SPI, Barboza, em seu já citado Relatório (1927: CXXVI), estranha o domínio do guarani em toda a região, informando que até os brasileiros se expressam em guarani e que “não se vê mais, naquela extensa zona, um só nome de rio, monte, lagoa ou localidade, que não seja guarany”.

Por outro lado, o reconhecimento da participação indígena poderia ter facilitado o atendimento, por parte da Companhia, das exigências da Lei de Concessões de Terras em fronteiras, no início da década de 1940, impondo a nacionalização de dois terços dos trabalhadores engajados. A Matte Larangeira entende ser difícil atender tal exigência antes do prazo mínimo de cinco anos (Carta de Heitor Gonçalves, 12/01/1941).

O domínio da Cia Matte Larangeira começa a encontrar oposição a partir de 1912, quando busca renovar os arrendamentos. Mesmo assim chega no seu auge, em 1920 (ARRUDA, 1986:244)^{xviii}, logrando a renovação do arrendamento sobre um total de 1.440.000 ha, através de Lei nº 725, de 24 de setembro de 1915. Mas, a mesma lei já libera a venda de até dois lotes de 3.600 ha a terceiros.

Percebe-se que, sob a ótica dos Kaiowá e Guarani, o trabalho nos ervais o serviço de empreiteiros da Companhia Matte Laranjeira é a forma de conseguir objetos de seu interesse direto, e especial roupas e ferramentas. Conhecia profundamente a “região dos ervais” o que favorecia, certamente, eventuais fugas e deslocamentos quando esse engajamento se tornassem incômodo.

ⁱ Doutor em história, membro do corpo docente dos Programas de Pós-Graduação em Educação e Desenvolvimento Local Universidade Católica Dom Bosco, UCDB e coordenador do Programa Kaiowá/guarani, de caráter interdisciplinar e interinstitucional, que desenvolve pesquisas e ações de apoio aos índios Kaiowá e Guarani, localizados em Mato Grosso do Sul.

ⁱⁱ Mestranda em História pela UFMS e integrante do Centro de Documentação Kaiowá e Guarani da UCDB.

ⁱⁱⁱ Acadêmico do 5º semestre do curso de História e integrante do Centro de documentação Kaiowá e Guarani da UCDB.

^{iv} WEINGARTNER, Alisoete A. Movimento Divisionista de Mato Grosso do Sul. Porto Alegre: Editora Est., 1995.

^v Joaquim Murtinho foi ministro da Fazenda no governos de Campos Sales e irmão de José Manoel Murtinho, o primeiro governador constitucional do período republicano, eleito em 20 de agosto de 1891. O General Antônio Maria Coelho foi governador provisório do estado de Mato Grosso.

^{vi} ARRUDA, Gilmar. Heródoto. In: Ciclo da erva-mate em Mato Grosso do Sul 1883-1947. Campo Grande: Inst. Euvaldo Lodi, p. 195-310 - 1986 (Coleção Histórica. Coletânea).

^{vii} Genésio Pimentel Barbosa foi funcionário do SPI (Serviço de Proteção aos Índios), sendo que o Relatório de 1927 é dirigido aos Inspetor do órgão, Dr. Antonio Martins Estigarribia e trata da eleição das últimas quatro reservas de terra a serem demarcadas pelo Governo Federal para usufruto dos Kaiowá e Guarani, em 1928. Segundo as informações constantes nesse Relatório, Caarapó, Ramada, Porto Lindo e Pirajuy são áreas lecalizadas e demarcadas em locais de forte concentração de índios em função dos trabalhos de colheita de erva-mate.

^{viii} Índio Kaiowá criado na região de Caarapó, falecido em 2002, com 88 anos.

^{ix} Faleceu em Sessoró, em 2002, com 85 anos.

^x SEREJO, Hélio. Carai. In: Ciclo da erva-mate em Mato Grosso do Sul 1883-1947. Campo Grande: Inst. Euvaldo Lodi, p. 27-193, 1986 (Coleção Histórica. Coletânea).

^{xi} A Missão Caiuá, de orientação presbiteriana, foi fundada em 1928.

^{xii} Relatório do Auxiliar Pimentel Barboza, ao Senhor Dr. Antonio Martins Viana Estigarribia, Inspetor do SPI, I.R.5ª, de 1927 (Museu do Índio, Rio de Janeiro, RJ).

^{xiii} Id.; ibid.

^{xiv} id.; ibid.

^{xv} Valdelice Veron, professora Kaiowá da aldeia de Panambizinho – trabalho de conclusão do Curso de Magistério, Projeto Ara Verá.

^{xvi} ARRUDA, Gilmar. **Frutos da terra: os trabalhadores da Matte Laranjeira**. Dissertação (Mestrado em História)- Assis: Instituto de Letras, História e Psicologia, UNESP, 1989.

^{xvii} GOMES, Otávio Gonçalves. Dom Thomaz. In: Ciclo da erva-mate em Mato Grosso do Sul 1883-1947. Campo Grande: Inst. Euvaldo Lodi, p. 387-443 – 1986 (Coleção Histórica, Coletânea).

^{xviii} Id.; ibid.